

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA**
2 **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA,**
3 **DO DIA 25 DE JUNHO DE 2018.**
4

5 No vigésimo quinto dia do mês de junho do ano dois mil e dezoito,
6 às quatorze horas, em primeira chamada não constatou-se o
7 comparecimento suficiente dos membros, em segunda chamada houve o
8 quórum regimental exigido para dar início aos trabalhos do
9 Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, no auditório da
10 Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDRural), na Rodovia SC 418,
11 Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Joinville, Santa
12 Catarina, registrada a presença dos Conselheiros: Débora Cristina
13 Jung, da APROAGUA; Marli Fleith Sacavem, da AMEM; Marcos
14 Alexandre Polzin, da SEPUD; Romy Buhnemann Dunzinger, da SEPUD;
15 Raphael Cunha, da SAMA.UNF; Alceonir Bertol, da Subprefeitura de
16 Pirabeiraba; Alcides Bergmann, da AJAQ; Maiko Richter, da SEPROT;
17 Anderson Guilherme Krenkel, da AMRL; Maicon Dilmo de Souza, da PM
18 Ambiental; Mauro Augusto da Silva, PM Ambiental; José Mário Gomes
19 Ribeiro, da CCJ; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga;
20 Clailton Dionízio Breis, da SAMA.UGA; Beto Amaral, da SAMA.UDR;
21 Camila Cristina Colares, do IA; Gilian Rose da Silva, do IA;
22 Cácio Jose Rengel, da PSCJ; Felipe Romer Batista, da SEHAB;
23 Manoel Luiz Vicente, da APROAGUA; Mirian Cristina Zabel, da
24 SECULT; Pryscilla Dzazio, da SAMA.UGA; Paulo Roberto Schulze, da
25 ASBANVILLE; Rafael Luiz Passoni Sanches, da CAJ; Dione Nery
26 Cavalcanti Benevenuto, da EPAGRI; Ademir Sgrott, da AJM; Maria
27 da Penha Lage Camargo, da SAS; e Jonas de Medeiros, da SAMA -
28 Presidente do Conselho. Estavam presentes também: Ana Paula
29 Goetten, visitante; Mauri Oladio Júnior, da JR MOS; Karina
30 Fischer, da Hübener; Fabio Longen, da Aproagua; Flavia Luiza
31 Colla, da SAMA.UGA; Cristina Henning da Costa, da SAMA.UGA; Anton
32 Giese Anacleto, SAMA; José Augusto de Souza Neto, da SAMA -
33 Secretário Executivo do Conselho. A reunião teve como pauta: 1)
34 Abertura da reunião e aprovação da ata da reunião ordinária de
35 12/06/2018; 2) Comissões Técnicas de Desassoreamento, Áreas
36 Urbanas e Infraestrutura, por SAMA.UGA; 3) Esclarecimento
37 Matérias Pautadas - Vistoria da Dispersão de Espécie Invasora
38 Pinus; 4) Assuntos gerais e Palavra Livre. O Presidente do
39 Conselho Gestor da APA, Jonas de Medeiros, cumprimentou e deu
40 boas vindas a todos os Conselheiros e demais convidados.
41 Iniciando a pauta o Presidente do Conselho não submeteu à
42 aprovação a ata da reunião ordinária do dia 12/06/2018, por não
43 ter sido finalizada, ficando postergada sua aprovação para a
44 próxima reunião. Em seguida a sra. Cristina Henning da Costa
45 apresentou o andamento das comissões técnicas, dando início pela
46 Comissão Técnica de Desassoreamento. Sobre o tema, o Conselheiro
47 sr. Beto Amaral questiona se o rio Alandaf está inserido nos
48 procedimentos de desassoreamento, isso porque entende ser um rio
49 que merece prioridade pelos possíveis danos. O Presidente
50 questiona quais os próximos passos depois de findada a análise do



51 corpo técnico para se transformar em ação. Cristina responde que,
52 após finalizado, o trabalho será mostrado para o Conselho, em
53 seguida serão elencados os pontos de maior risco e após isso
54 seguem os procedimentos para executar a obra. O Presidente
55 questionou como se dará a execução dessas ações. Clailton Breis
56 contou já ter havido um primeiro contato com as empresas que
57 trabalham com o desassoreamento, devido ao caráter emergencial
58 foi enviado à PGM, junto com um parecer da Defesa Civil, um
59 pedido de parecer jurídico dando suporte para a aplicação desse
60 trabalho junto com essas empresas. A Conselheira sra. Marli
61 Fleith Sacavem sugere que no estudo seja feito também um
62 procedimento de implantação e destinação do material resultante
63 do desassoreamento. A Conselheira entende que a operação dos
64 trabalhos fica a cargo da empresa mineradora, mas devem ser
65 tomados alguns cuidados, como por exemplo a proteção das margens
66 do rio que são Áreas de Proteção Permanente. Cristina responde
67 que isso está sendo tratado, inclusive com estudo de impacto
68 ambiental que possui algumas diretrizes procedimentais, a própria
69 Agência Nacional de Mineração também traz diretrizes a serem
70 observadas, isso está sendo avaliado para poder fiscalizar o
71 correto trabalho no desassoreamento para causar o menor impacto
72 ambiental possível. A Conselheira Marli aponta também que o
73 trabalho deve ser emergencial e contínuo, pois entende que o
74 desassoreamento não encerrará com algumas ações pontuais.
75 Cristina explica que não são trabalhos contínuos, mas estudados e
76 resolvidos a cada ocorrência, igualmente devendo ser tomadas
77 ações preventivas. Marli questiona se seria possível deliberar
78 sobre as execuções das ações antes da resposta da PGM, isso
79 porque o tempo entre uma reunião e outra do Conselho Gestor é de
80 dois meses, o que daria lentidão ao trâmite dos trabalhos sendo
81 que já tem uma empresa contratada. Cristina corrige a Conselheira
82 e afirma que não há empresa contratada, o que tem é uma
83 mineradora com direito de pesquisa e lavra dentro da APA, tendo
84 que estar licenciada normalmente para executar esses trabalhos. O
85 Conselheiro Felipe Romer Batista sugere que o tema seja tratado
86 como limpeza e desobstrução dos rios, o que simplificaria o
87 processo. Cristina concorda, porém a pedido da escola e da gestão
88 da secretaria deverá ser feito um trabalho mais extenso. O
89 Presidente revela que perguntou como será o andamento dos
90 trabalhos porque vários Conselheiros gostariam de compreender se
91 após este estudo estaria tudo pronto, mas esclarece que existem
92 ainda outros passos para atingir o objetivo, o que não será tão
93 breve. A Conselheira sra. Débora Cristina Jung sugere que na
94 criação de uma Câmara Técnica já seja definido um cronograma para
95 finalizar os trabalhos, gostaria inclusive que seja apresentado
96 na próxima reunião uma previsão para a conclusão dos trabalhos
97 dessa Câmara Técnica. Além disso, pede que ao serem feitas as
98 visitas técnicas nos locais de risco que seja convidado ao
99 menos um Conselheiro não-governamental para acompanhar e dar o
100 olhar da necessidade da vizinhança. Débora conta que há dois anos

101 busca resolução de seu problema com o Rio Seco, que atravessa seu
102 terreno particular, segundo ela há uma pedra no meio do rio e
103 outras duas que caíram da margem que impedem a vazão normal das
104 águas e pioram a situação do assoreamento. A Conselheira conta
105 também que colocou terra às margens do rio para plantar a mata
106 ciliar, mas uma enxurrada as derrubou e isso lhe custou ser
107 multada, tendo agora que fazer um PRAD para recuperar a área. Por
108 isso pediu por ajuda, mas não está sendo atendida apesar de
109 entender se tratar de uma das situações mais importantes,
110 relembra que o imóvel se localiza no km 10 da SC-418. O
111 Conselheiro sr. Manoel Luiz Vicente recordou que nas primeiras
112 reuniões do conselho foi levado em consideração que o município
113 está em estado de emergência, questiona se ainda se encontra
114 assim. Cristina responde positivamente. Então Manoel entende que
115 os três pontos de assoreamento deveriam ser tratados dentro
116 daquele plano de emergência para facilitar e dar celeridade. Além
117 disso, explica que na época foi necessário dispêndio da Defesa
118 Civil para resolver o problema, mas hoje já tem uma empresa
119 mineradora com concessão para atuar na área com maior eficiência.
120 Este Conselheiro frisa que a omissão em executar esses trabalhos
121 pode custar a vida dos moradores. Manoel acrescenta que o parecer
122 da PGM será no sentido de seguir o plano de manejo, isso porque a
123 PGM não tem autoridade dentro do Conselho Gestor, inclusive
124 aponta o relatório da promotoria pública que pede que seja feito
125 o desassoreamento das calhas do rio e enronçamento. O visitante
126 Mauri Oladio Júnior se apresenta e expõe que a JR MOS é uma
127 empresa que presta serviços de consultoria às mineradoras da
128 região, em seguida afirma que não ficou claro como funcionará o
129 procedimento de emergência, se a empresa deverá contratar um
130 profissional para fazer um laudo baseado nos itens elencados pelo
131 órgão executivo ou se o laudo será feito diretamente pelo órgão
132 executivo, se esse documento será posteriormente disponibilizado.
133 Questiona também se já existe um procedimento predefinido para a
134 execução dos trabalhos. Além disso, aponta que foi comentado que
135 a empresa deverá ter a licença ambiental para executar o serviço,
136 Mauri explica que se for por esse entendimento o trabalho estará
137 regredindo, isso porque até então não se pôde trabalhar pela
138 falta da licença ambiental, por conta disso buscou-se uma forma
139 de demonstrar o caráter de emergência da situação para ser
140 concedida uma licença de caráter emergencial, mas se agora está
141 sendo exigida uma licença ambiental de nada adiantaram aqueles
142 trabalhos. Mauri entende que já houve tantas decisões tomadas
143 pela promotoria além de decisões judiciais e é perda de tempo
144 pedir pela mesma informação. Antes de responder Cristina comenta
145 que na primeira reunião da comissão foi dito que deveria ser
146 buscado esse respaldo jurídico, isso porque mesmo uma empresa
147 estando autorizada para realizar os trabalhos, foi movido um
148 processo judicial contra ela. Dito isso, estão sendo tomados os
149 cuidados para se obter esse respaldo jurídico, mesmo porque o
150 Código Municipal do Meio Ambiente define diversas restrições para

151 a mineração, no caso da execução dos trabalhos para o
152 desassoreamento também se trata de mineração afinal haverá um
153 ganho por parte da empresa. Quanto ao procedimento pela obtenção
154 de licença ambiental Cristina entende, por conta do olhar
155 técnico, que será necessária a devida licença ambiental, isso
156 porque a Comissão Técnica foi instituída para elencar os trechos
157 que demandam essa prioridade e que nestes pontos a empresa
158 poderia atuar rapidamente sem depender de um rito mais moroso.
159 Quanto às situações de limpeza e desobstrução de um pequeno
160 trecho não há necessidade de ser trazido à Comissão ou ao
161 Conselho visto já haver procedimento de solicitação, que
162 inclusive é mais célere. O Conselheiro sr. Clailton Breis entende
163 que se faz necessário compilar o parecer da comissão técnica, o
164 laudo da defesa civil, a proposta encaminhada pelas mineradoras
165 enviada para a PGM, dentre outros. Montado o dossiê, os arquivos
166 são analisados pela Secretaria de Administração e Planejamento e
167 pela Procuradoria Geral do Município dos quais se aguarda o sinal
168 positivo para executar as ações com certa segurança jurídica. A
169 Conselheira sra. Gilian Rose da Silva comenta que o caso do Rio
170 Seco no imóvel da Conselheira Débora é um trecho pequeno, mas
171 evidencia que o proprietário não pode fazer muita coisa por conta
172 própria na calha do rio. A Conselheira sra. Marli Fleith Sacavem
173 concorda e diz que nem uma pedra pode ser removida pelo
174 proprietário, por conta dessa impossibilidade de tomar uma ação
175 vários problemas se mantêm por tempo demais, exemplifica o Rio
176 Alandaf invadindo a escola agrícola, caso que segundo a
177 Conselheira se repete há vinte anos. No tocante das ações
178 emergenciais o Conselheiro sr. Maiko Richter avisa que há um
179 procedimento de restabelecimento e ações prioritárias em caso de
180 emergência, mas a situação de emergência deve ser determinada por
181 um ponto específico onde a emergência ocorre, exemplifica que a
182 escola agrícola e a dutora da Companhia Águas de Joinville são
183 duas delas. O Conselheiro sr. Paulo Roberto Schulze comenta que
184 um problema como esse não deveria demorar tanto para ser
185 resolvido, em seguida se disponibiliza para aprovar conforme os
186 trâmites legais o que precisar para que as ações necessárias
187 sejam executadas. O Conselheiro sr. Anselmo Benvindo Cadorin diz
188 que não é suficiente que sejam definidos os pontos de ação, até
189 que seja criado algum procedimento nenhuma empresa vai se
190 responsabilizar em resolver o problema da calha dos rios.
191 Aconselha que esses dois trabalhos sejam feitos paralelos para
192 que ambos cheguem ao fim mais rapidamente. Outra situação
193 apontada pelo Conselheiro é de que se a empresa já tem licença
194 ambiental, ela poderia atuar a montante do seu ponto de captação
195 desde que seja caracterizada uma situação de emergência, o que
196 havia sido conversado pelo Conselho era a possibilidade de
197 emissão de uma licença em caráter emergencial para não depender
198 do trâmite dos órgãos ambientais. Cristina responde que o caráter
199 emergencial ainda está sendo analisado, mesmo porque foram
200 apontados diversos pontos de risco. Quanto ao trâmite do processo

201 de permissão para a empresa interferir na calha do rio Cristina
202 reitera que deverá seguir pelo setor de licenciamento. O
203 Conselheiro sr. Clailton Breis sugere trazer, na próxima reunião,
204 informações do corpo técnico do licenciamento sobre os
205 procedimentos necessários para dar andamento aos trabalhos de
206 desassoreamento. A Conselheira Débora conta de um ocorrido em que
207 foi jogado material na borda do Rio Seco para impedir seu avanço
208 sobre uma casa, segundo ela isso aconteceu há cinco anos,
209 portanto é difícil prever o comportamento do rio, mas em algumas
210 situações os riscos se mostram, aí se faz necessário atuar de
211 imediato. Sobre o andamento da Câmara Técnica o Presidente
212 questiona se já foi agendada a próxima reunião, Cristina Henning
213 responde que ainda não foi, mas que o Presidente da CT pode
214 convocar uma reunião a qualquer tempo. Manoel Luiz Vicente aponta
215 que conforme o regimento interno a Câmara Técnica tem que ser
216 composta de conselheiros, com possível ajuda de agentes técnicos,
217 mas segundo ele a visitação aos pontos de risco nos rios está
218 sendo feita somente pelos agentes técnicos, mas quem terá de
219 responder qualquer resultado dos trabalhos será o Conselho.
220 Cristina explica que a Comissão está formada de Conselheiros, mas
221 que foi oficiado à SAMA e à SEPROT para que disponibilizassem
222 agentes técnicos para orientar os estudos e análises necessários
223 para esta Comissão atingir seu objetivo. Por fim expõe que a
224 Comissão Técnica pode interferir nos trabalhos dos agentes
225 técnicos, bastando marcar uma reunião e deliberar sobre, assim
226 como foi votado anteriormente por encarregar os agentes técnicos
227 dos trabalhos que vem sendo feitos até então. Manoel entende que
228 os Conselheiros também devem estar a campo para acompanharem os
229 trabalhos. O Presidente dá seguimento sugerindo ao sr. Manoel
230 Luiz Vicente, presidente desta Câmara Técnica, que no dia nove
231 marque uma nova reunião entre seus membros, inclusive mantendo a
232 equipe técnica disponível para ajudar nos trabalhos, mas sugere
233 que haja mais participação por parte dos Conselheiros que
234 integram esta CT. Ademais o Presidente ainda salienta que se há
235 algum procedimento equivocado ou errôneo que seja alterado na
236 própria Câmara Técnica, visto que esta reunião não é o momento
237 para tal. O sr. Mauri Oladio Júnior diz não ter compreendido se
238 já foi feito o mapeamento de todos os pontos críticos, além
239 disso, questiona se a metodologia será utilizada pela Defesa
240 Civil ou se a empresa poderia contratar técnico próprio para
241 utilizar aquela metodologia. Cristina Henning da Costa explica
242 que o documento servirá de base técnica para enquadrar, sob
243 certos critérios, as áreas consideradas críticas, a partir disso
244 a empresa poderá apresentar um projeto para desassoreamento das
245 áreas que forem enquadradas dessa forma. Seguindo a pauta a sra.
246 Cristina Henning da Costa passou a apresentar o andamento da
247 Câmara Técnica - Plano de Manejo: Infraestrutura e Estrutura.
248 Apresentou um breve histórico - 2018, no qual lembrou que, na
249 reunião ordinária do Conselho Gestor em 12/12/2017 foi realizada
250 a segunda apresentação da proposta de Resolução do Conselho que

251 disporá sobre a efetividade do Plano de Manejo em relação a
252 ocupação do solo: infraestrutura e estrutura. O Conselho Gestor
253 sugeriu que a Câmara Técnica solicitasse parecer jurídico sobre o
254 texto proposto. No dia 25/04/2018 a PGM remeteu a SAMA.UGA
255 Parecer Jurídico sobre o texto. No dia 07/05/2018 ocorreu reunião
256 da CT Plano de Manejo: Infraestrutura/Estrutura para discussão da
257 conclusão do parecer e definição do texto final da Resolução.
258 Considerando que o assunto já havia sido debatido na reunião do
259 Conselho Gestor várias vezes e só havia restado dúvidas em
260 relação ao questionamento jurídico, o qual foi respondido
261 positivamente pela PGM sem alteração do conteúdo, o Presidente
262 questiona os Conselheiros se preferem que a proposta seja relida
263 para recordar a todos de seu conteúdo ou se todos estão a vontade
264 para iniciar a votação. Sendo questionada se a taxa de ocupação é
265 o mesmo assunto do zoneamento urbano dentro da APA, Cristina
266 Henning da Costa explica que são assuntos diferentes, porém como
267 a taxa de ocupação vale para toda a APA como zona rural a decisão
268 da Câmara sobre o reconhecimento de Zonas Urbanas Consolidadas
269 pode alterar a regra para esses centros urbanos antigos. A
270 Conselheira sra. Marli Sacavem salienta para todos que o material
271 do que venha ser discutido nas reuniões é enviado para todos
272 antes da reunião, segundo ela é necessário se atentar a esse
273 material e vir para a reunião com os questionamentos prontos,
274 inclusive podendo fazê-los por e-mail, para que haja a simples
275 deliberação e votação pelo Conselho Gestor sem tomar demasiado
276 tempo. O Conselheiro sr. Paulo Roberto Schulz questiona se a
277 população está ciente das alterações que estão sendo propostas,
278 entende ele que é uma grande responsabilidade e que a população
279 precisa ser oficialmente avisada. O Conselheiro sr. Ademir Sgrott
280 responde ao colega que os membros do Conselho Gestor são os
281 multiplicadores das informações, são diversas entidades engajadas
282 em diferentes setores na APA Serra Dona Francisca e com alcance
283 ao público local. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin disse
284 que vem conversando com o Secretário sobre o parcelamento do solo
285 na APA, mas questiona como será lidado com os imóveis que
286 ultrapassaram até mesmo os novos limites definidos para a taxa de
287 ocupação. A Conselheira Marli explica que este é um outro
288 problema que deverá ser resolvido mais adiante. A Conselheira
289 sra. Débora Cristina Jung explica que as novas definições
290 tratarão de ajudar as pessoas de bem que possuem terrenos
291 grandes, portanto primeiramente será definida a norma, as
292 exceções serão tratadas numa câmara técnica à parte. O
293 Conselheiro sr. Paulo Roberto Schulz exemplifica as moradias
294 irregulares na Vila Figueiredo, apesar das casas estarem
295 encostadas na rua nenhuma intervenção foi feita, portanto entende
296 que o Conselho deve se ater mais aos casos irregulares. O
297 Conselheiro sr. Felipe Romer Batista explica que um grande
298 problema enfrentado no município é a falta de fiscalização. Além
299 disso, a lei 13.465 sancionada em 2017 não se preocupou com a
300 área rural, atualmente o problema de regularizar uma área rural é

301 o custo que se dará ao município de levar os serviços de coleta
302 de lixo, água tratada, esgoto dentre outros, as áreas rurais
303 muitas vezes tem famílias que recebem menos de três salários
304 mínimos o que as coloca em condição de interesse social,
305 obrigando o município a bancar tudo. Portanto compreende que o
306 trabalho que está sendo desenvolvido tão somente trata de definir
307 a quantidade de construções em um imóvel, diferente da questão de
308 regularização fundiária que se trata de um problema muito maior.
309 Após o debate o Presidente coloca a Resolução proposta em
310 votação, a qual restou aprovada por maioria dos votos, registrada
311 duas abstenções, sendo providência necessária da Secretaria do
312 Conselho a devida publicação, com o seguinte texto:

313
314 *CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL*
315 *APA SERRA DONA FRANCISCA*

316
317 *RESOLUÇÃO APA-SDF N° 01/2018*

318
319 *Dispõe sobre a taxa de ocupação, aplicada às*
320 *edificações residenciais unifamiliares, dentro da*
321 *Unidade de Conservação - Área de Proteção*
322 *Ambiental - APA Serra Dona Francisca, estabelece*
323 *definições sobre infraestrutura e estruturas,*
324 *critérios e dá outras providências.*
325

326 *O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona*
327 *Francisca, conforme suas atribuições conferidas pelo Decreto n°*
328 *12.423, de 01 de junho de 2005, e pelo Decreto n° 31.936, de 11*
329 *de junho de 2018 - Regimento Interno, e;*

330 *Considerando a terminologia em relação a infraestrutura adotada*
331 *pelos dispositivos contidos no art. 2º, §6º, da Lei Federal n°*
332 *6.766 de 1979;*

333 *Considerando o disposto no art. 68, da Lei Complementar Municipal*
334 *n° 470, de 9 de janeiro de 2017, que define a taxa de ocupação*
335 *como a relação da projeção horizontal máxima da edificação e a*
336 *área total do terreno;*

337 *Considerando os objetivos institucionais do Conselho Gestor da*
338 *Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca;*

339 *Considerando a potencialidade de degradação ambiental provocada*
340 *pela acelerada e desordenada ocupação, e a necessidade de manter*
341 *a integridade da paisagem natural e cultural da Unidade de*
342 *Conservação - APA Serra Dona Francisca, e a finalidade do uso das*
343 *terras em área rural;*

344 *Considerando a necessidade de se implementar o Plano de Manejo*
345 *aprovado pelo Decreto n° 20.451 de 17 de abril de 2013,*
346 *especialmente no que se refere ao "Zoneamento da Área de Proteção*
347 *Ambiental Serra Dona Francisca - Diretrizes de Uso", Capítulo IV,*
348 *item 4.3.2;*

[Assinatura]

349 RESOLVE estabelecer critérios técnicos para a efetiva aplicação
350 do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, no âmbito do
351 zoneamento ambiental e suas diretrizes de uso, para ordenamento
352 do uso residencial unifamiliar.

353

354 Art. 1º Entende-se por infraestruturas e estruturas, para compor
355 a taxa de ocupação definida no Plano de Manejo:

356 I - as construções, instalações e benfeitorias incluindo neste
357 conceito os depósitos, galpões, edificações em geral, piscinas;

358 II - pátios de manobra e estacionamentos com pavimentação
359 impermeável e/ou cobertura;

360 III - vias de circulação com pavimentação impermeável, e;

361 IV - outras instalações cobertas ou impermeabilizadas para abrigo
362 ou tratamento de animais, bem como outras benfeitorias
363 relacionadas ou não com a atividade rural.

364 Parágrafo único: Fica assegurada a execução de obras de
365 infraestrutura no subsolo, relativas ao uso do lote.

366

367 Art. 2º Não são computados para o cálculo da taxa de ocupação:

368 I - pergolados e toldos;

369 II - tanques e viveiros de piscicultura, salvo os construídos em
370 concreto ou material impermeável;

371 III - terreiros e similares para secagem de produtos agrícolas;

372 IV - estufas para cultivo agrícola;

373 V - edificações provisórias ou temporárias, sendo estas
374 construções transitórias não residenciais licenciadas por tempo
375 determinado que utilize materiais construtivos adequados à
376 finalidade proposta, os quais não caracterizam materiais
377 definitivos e são de fácil remoção.

378

379 Art. 3º Nas propriedades em área rural e localizadas no interior
380 dos limites da Unidade de Conservação - APA Serra Dona Francisca,
381 com o objetivo de garantir a baixa densidade de ocupação, será
382 respeitada o número máximo de unidades residenciais autônomas por
383 matrícula de registro geral de imóvel, conforme quadro abaixo.

384

Área do imóvel (m2)	Número máximo de unidades residenciais autônomas por matrícula de imóvel
Até 20.000	Até 02
De 20.001 a 60.000	Até 03
De 60.001 a 120.000	Até 05
Acima de 120.000	Até 06

385

386 §1º Para imóveis com área inferior à 20.000 m2 (vinte mil metros
387 quadrados), que estejam regulares no âmbito do Registro de
388 Imóveis, poderão construir até duas unidades residenciais
389 unifamiliares, desde que respeitadas as demais restrições
390 ambientais e os requisitos urbanísticos previstos na lei
391 municipal de ordenamento territorial vigente.

392 §2º Não será permitido desmembramento do imóvel, de acordo com a
393 Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigência, em área inferior a
394 20.000 m2 (vinte mil metros quadrados), conforme definido no
395 Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca.

396 §3º Esta autorização prévia não implica em dispensa ao
397 atendimento das normas estabelecidas nas demais leis incidentes,
398 bem como no Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca,
399 incluindo o respeito aos valores das taxas de ocupação das
400 diferentes zonas de uso na APA, ficando a obra passível de
401 verificação e fiscalização.
402

403 Art. 4º Os imóveis que possuem o número total de unidades
404 residenciais unifamiliares já edificadas anteriormente a
405 publicação desta Resolução, que não atendam ao definido no art.
406 3º deste instrumento, terão garantido o direito de requerer a
407 regularização da(s) construção(ões), desde que respeitado os
408 termos da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, Resolução CONAMA
409 nº 303, de 20 de março de 2002, Resolução CONAMA nº 369 de 28 de
410 março de 2006, LC nº 29 de 14 de junho de 1996, Decreto Municipal
411 nº 18.250 de 15 de setembro de 2011 e Decreto nº 21.852 de 28 de
412 janeiro de 2014 (Projeto Legal), LC nº 470 de 09 de janeiro de
413 2017, entre outros dispositivos legais pertinentes.

414 Parágrafo único: Caberá ao interessado ou requerente a
415 responsabilidade sobre a comprovação da preexistência da(s)
416 edificação(ões) em prazo anterior a data de publicação desta
417 Resolução.
418

419 Art. 5º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria de
420 Agricultura e Meio Ambiente de Joinville, ouvido o Conselho
421 Gestor da APA Serra Dona Francisca.
422

423 Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
424
425

426 Jonas de Medeiros, Presidente
427 Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca
428

429 Na sequência da pauta inicia-se a discussão sobre a formação da
430 Comissão Técnica das Áreas Urbanas dentro da APA, áreas estas que
431 haviam obtido planejamento anterior à constituição da própria APA
432 e que deveriam ser reconhecidas como áreas urbanas, em razão do
433 'direito adquirido' dos proprietários locais. Cristina Henning da
434 Costa revisa a lista de Conselheiros participantes, citando
435 Débora Cristina Jung, Gilian Rose da Silva, Cácio Jose Rengel,
436 Marli Fleith Sacavem e Ademir Sgrott. Até então esses são os
437 cinco Conselheiros inscritos para compor a Comissão Técnica e
438 devem logo agendar uma reunião para iniciar as tratativas, além
439 disso, sugere que os demais Conselheiros se dispuserem a
440 participar, se inscrevam. O Presidente do Conselho explica um
441 pouco mais sobre do que se trata referida Comissão, segundo o

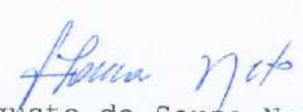


442 qual o objetivo não é fazer regularização fundiária nem
443 regularizar aqueles que estão em desconformidade com a lei, mas
444 sim vencer um equívoco surgido à época de criação do Plano de
445 Manejo da APA Serra Dona Francisca quando já haviam núcleos
446 urbanos, os quais foram indiscriminadamente absorvidos pela APA.
447 O Conselheiro sr. Manoel Luiz Vicente comenta que conseguiu
448 levantar ao todo que existiram três núcleos urbanos locais à
449 época da criação da APA. O Conselheiro sr. Anderson Guilherme
450 Krenkel explica que na tabela do plano de manejo da APA existem
451 três áreas urbanas consolidadas, como por exemplo o Rio Lindo,
452 questiona se daria para utilizar de pronto as referências da LOT
453 para aquelas localidades. A Conselheira sra. Gilian Rose da Silva
454 evidencia que a LOT está aberta demais para a APA, utilizar a LOT
455 por completo dentro da APA significaria por em risco o meio
456 ambiente da região. O Conselheiro Anderson conta que duas
457 imobiliárias de Pirabeiraba lhe procuraram para questionar quais
458 as regras para construir no Rio Lindo, Anderson lhes explicou que
459 deve ser obedecido o Plano de Manejo, mas para ter certeza enviou
460 um e-mail para o setor de Aprovação de Projetos que lhe respondeu
461 que se faz necessário seguir a LOT. Este Conselheiro, portanto,
462 exige que se deve ser seguido o Plano de Manejo isso deve ser
463 orientado ao público pelos setores responsáveis. O Presidente
464 revela que a resposta dada pela atendente estava correta, isso
465 porque foi sugerido averiguar o zoneamento conforme a LOT e no
466 momento que for consultado sobre o Rio Lindo perceberá que se
467 trata de uma APA. Corrigiu também que num segundo momento foi
468 informado se tratar de um imóvel dentro da APA e a resposta foi
469 de que esta é uma situação diferente e dependeria da anuência da
470 Unidade de Gestão Ambiental. O Conselheiro Anderson avisa não ter
471 encontrado qualquer definição sobre o Rio Lindo dentro da LOT. O
472 Presidente respondeu que o zoneamento deve ser verificado por
473 meio do mapa SINGEO, que possui o código do zoneamento o qual
474 deverá ser comparado às definições inseridas na LOT. Dando
475 sequência nos itens da pauta, sobre a vistoria da invasão da
476 espécie exótica pinus na região do Quiriri, o Presidente do
477 Conselho passa a palavra para Anton Giese Anacleto. Anton
478 informou sobre os resultados da reunião com a Polícia Militar
479 Ambiental, Grupo de Escoteiros de Joinville e equipe técnica da
480 SAMA na última quinta-feira, ficou definida que a primeira
481 vistoria ocorreria na Serra Queimada no dia 04/07/2018, tendo
482 como ponto de encontro a Unidade de Desenvolvimento Rural e com
483 saída programada para às 6:00 horas. Esta vistoria seria
484 realizada com a utilização de dois veículos terrestres
485 tracionados da PM Ambiental e dois veículos da SAMA. O
486 Conselheiro major Maicon Dilmo de Souza confirma a informação,
487 mas pede pelo cancelamento da data agendada por conta de um
488 evento solene de homenagem à Polícia Militar Ambiental na Câmara
489 de Vereadores naquele dia. Maicon recorda que um membro do corpo
490 técnico da SAMA entraria de férias dentro de pouco tempo,
491 portanto sugere que seja feito um dia antes se possível. Havendo

492 divergências Flavia Luiza Colla pede pela palavra e sugere que
493 seja dado um maior tempo para arranjar uma data que seja melhor
494 para todos, mesmo porque a dispersão dessa espécie exótica não
495 ocorre do dia para a noite. O Presidente determina, portanto, que
496 será definida uma melhor data que será agendada por e-mail. O
497 major Maicon adiciona que estão disponíveis 12 espaços nos
498 veículos, mas salienta que será necessário um bom
499 condicionamento físico dos que participarem. O Conselheiro sr.
500 Mauro Augusto da Silva informa que o local requisitado para
501 vistoria pelo Conselheiro Ademir Sgrott foi os Campos de Altitude
502 do Quiriri, porém foi considerado que a equipe técnica da SAMA
503 possui informações de dispersão na Serra Queimada e que os Campos
504 de Altitude estão nos limites de Garuva. Mauro expõe que havia
505 visitado a Serra Queimada há pouco tempo e não se recorda daquela
506 região estar sofrendo invasão de pinus, ao menos não tanto quanto
507 no Alto Quiriri onde o problema é completamente visível. O
508 Presidente sugere que essa visitação seja realizada antes da
509 próxima reunião do Conselho Gestor em agosto. O Conselheiro
510 Ademir Sgrott expôs imagens da região afetada demonstrando quão
511 avançado está o problema. A exposição de imagens trouxe
512 recordação de que a Comfloresta trabalhava com o pinus na região,
513 em seguida é sugerido que seja convidada a Comfloresta para
514 participar da vistoria. Dando seguimento à pauta o Secretário
515 Executivo José Augusto Neto expõe o problema da supressão
516 aplicada pela CELESC na APA, a situação foi observada por meio de
517 um vídeo enviado pela Conselheira Débora, se trata de uma
518 supressão bastante agressiva na vegetação na beira da estrada. A
519 Conselheira sra. Débora Cristina Jung comenta que a melhor
520 solução seria requerer que seja instalada a fiação de alta tensão
521 de forma subterrânea. Comenta ainda que o problema foi
522 visualizado no Rio do Júlio, no Vila Nova e em outros lugares da
523 cidade, no caso do Rio do Júlio ela expõe que os cortes foram
524 feitos em ambos lados da rua apesar da haver fiação em apenas um
525 lado. Em suma, José Neto evidencia que os pedidos da moção à
526 CELESC tratarão da revisão do procedimento de supressão e que
527 alternativamente se faça o cabeamento subterrâneo na APA.
528 Colocada a moção em votação foi aprovada com uma abstenção. Em
529 seguida o Secretário Executivo José Augusto Neto informa da
530 necessidade de se eleger um vice-presidente para o Conselho
531 Gestor, portanto define que as inscrições dos interessados
532 deverão ser feitas por e-mail. Além disso, explica que a
533 Conselheira sra. Marli Fleith Sacavem completou o tempo máximo
534 como vice-presidente e, assim como ela, o próximo vice deverá ser
535 um representante da sociedade civil. Em seguida foi recordado que
536 mais uma moção foi sugerida pela Conselheira Débora, se trata do
537 pedido de instalação de lombadas para um melhor controle de
538 velocidade, principalmente em trechos perigosos da Serra e
539 região. Colocada a moção em votação, foi aprovada, com cinco
540 abstenções. Iniciada a palavra livre é cedida a palavra para o
541 Conselheiro sr. Anselmo Benvindo Cadorin, evidencia ser sentido

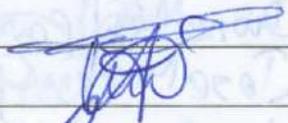
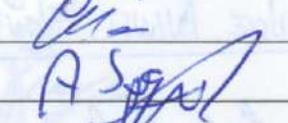
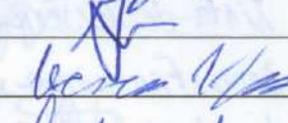
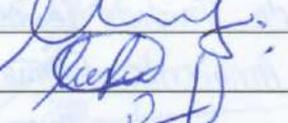
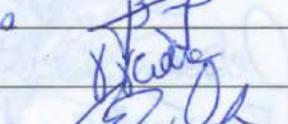
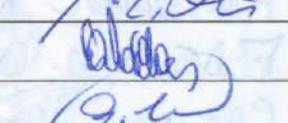
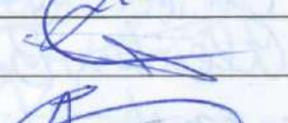
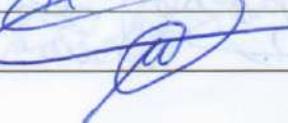
542 no Conselho Gestor os problemas relativos à fiscalização quanto
543 ao uso irregular do solo e construções irregulares, acredita que
544 em um momento poderá se tornar um problema grande demais para ser
545 resolvido, portanto sugere que sejam realizadas fiscalizações
546 preventivas e com um grupo específico de agentes fiscais para
547 atuarem na APA. A Conselheira sra. Marli Fleith Sacavem concorda
548 com seu colega, mas entende a situação da SAMA para implementar
549 esse trabalho, contudo acredita que se o Conselho Gestor passar a
550 solicitar diretamente ao prefeito um dia ou outro o pedido poderá
551 ser aceito, que seja um ou dois fiscais especializados para a
552 região. O Conselheiro sr. Raphael da Cunha cita que atualmente
553 existe um fiscal orientado somente para a APA, mas explica que
554 como a região é muito grande o setor de fiscalização é dependente
555 das denúncias, principalmente de obra irregular em andamento
556 porque no caso destas é possível executar a demolição imediata e
557 prisão em flagrante pela Polícia Civil. Adicionalmente conta que
558 já se passa um ano desde que deixou seu celular particular para
559 que os Conselheiros pudessem entrar em contato e denunciar esses
560 casos, contudo até hoje não havia recebido uma ligação sequer. A
561 Conselheira sra. Marli Fleith Sacavem cita o caso de uma
562 construção de um rancho ao lado do Rio Alandaf, questiona se é
563 legalizado, pois ela informa que não pode fazer nem um passeio
564 próximo ao rio. Raphael da Cunha informa que no momento há um
565 fiscal na região e irá requerer que ele passe por lá, em seguida
566 pede pelo endereço e lhe informam que se encontra passando da
567 UDR, ao lado da rodovia. Raphael também informa seu telefone para
568 que as denúncias sejam realizadas de forma célere pelos
569 Conselheiros (9 9607-0253). O Conselheiro sr. Clailton Breis
570 sugere que seja feito um canal secundário de comunicação por
571 WhatsApp, assim como funciona na Comissão de Emergências
572 Ambientais, mas orienta que as conversas e compartilhamentos no
573 grupo sejam orientados somente para o assunto em questão.
574 Finalizada a palavra livre foi declarada encerrada a reunião, às
575 dezesseis horas e quinze minutos, sendo extraída esta Ata, a qual
576 foi lavrada e assinada por mim, José Augusto de Souza Neto,
577 Secretário Executivo do Conselho e assinada pelo Presidente do
578 Conselho, Jonas de Medeiros, após aprovação dos demais
579 Conselheiros.

580
581
582
583 
584 Jonas de Medeiros
585 Presidente do Conselho
586


José Augusto de Souza Neto
Secretário do Conselho

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Área Jurídica da SAMA.

Lista de Presença da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da ~~Unidade~~
 Serra Dona Francisca, realizada no dia 25 de Junho, às 14:00h no Auditório
 da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
 (SAMA-UDR), na Rod. SC-413, Km 3, nº 271 - Distrito de Pinabeiraba, Joinville.

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Monal Z. Zabel	Protopia Secult	
Miriam Cristina Zabel	Secult	
Aleides Bergmann	Agua	
ADEMILY SCHOTT	ATM	A S 
MARCOS Alexandre Polzin	SEVUD	
CAROL ROSE TENDLER	MITHA-PSO2	
Marceli Fleck Jacowem	AMEM	
Christina Kenning da Costa	SAMA UGA	
Alceonir Bertol	Subprefeitura Pinabeiraba	
Flovia Lyza Costa	SAMA	
Maiko Richter	Soprot	
Conita Wlas	Instituto Lumbiaria	
Gilvan Rose de Silva	Instituto Ambiental	
Felipe Romeir Batista	Sec. HABITAÇÃO	
Anderson Krauskel	Assoc. Rio Lindo	
MAICON DILMO DE SOUZA	PM AMBIENTAL	

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
BETO AMARAL	UDR - SAMT	Aii
Kairina B. Fischer	B. Hübener	K.B. Fischer
Mares Augusto de Sá	Polícia Ambiental	[Signature]
Debara Cristina Juez	Aprovaqua	[Signature]
Isbira Longin	"	[Signature]
Ana P. Gatten	meroder	[Signature]
Deyalva M. Alzeio	JAMA	[Signature]
João de Melles	SAMT	[Signature]
Anton Giese Anacleto	SAMT	[Signature]
Mauri Neto Jr	JR MOS	[Signature]
Chailton BRES	UGA / SAMA	[Signature]
Lomy B. Lunzinger	SEPUDI / PMJ	[Signature]
Raphael Cipriani	SAMA / Fiscalização	[Signature]
Paul R. Schupp	AS BANVILLE	[Signature]
Aerschmidt B. Chedron	ASA TERRITÓRIA	[Signature]
Maira da Cunha Lage Carmago	SAS ICEPAT	[Signature]
RAFAEL LUIZ PASSONI SANCHES	CAJ	[Signature]
Dione Nery Cavalcanti Benvenutti	EPA GRI	[Signature]
Jose Mario Gomes Ribeiro	CC J	[Signature]
JOSE AUGUSTO SOUTA NETO	SAMA - AAU	[Signature]